

***THE BRAZILIAN  
ACADEMIC  
CAPITALISM***

A EXPANSÃO  
PRIVADO/MERCANTIL  
E SUA REPERCUSSÃO  
NOS CURSOS DE  
LICENCIATURA

## Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador

---

### *Editora Executiva*

Prof.a. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Unoesc/Unicamp

### *Conselho Editorial Educação Nacional*

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Anita Helena Schlesener – UFPR/UTP

Prof.a. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Prof.a. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. Elton Luiz Nardi – Unoesc

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Prof.a. Dra. Maria Eugenia Montes Castanho – PUC / Campinas

Prof.a. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Prof.a. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Prof.a. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Prof.a. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Prof.a. Dra. Vera Jacob – UFPA

### *Conselho Editorial Educação Internacional*

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aveiro

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof.a. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof.a. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Prof.a. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Prof.a. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Prof.a. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata

Alisson Slider do Nascimento de Paula

***THE BRAZILIAN  
ACADEMIC  
CAPITALISM***

A EXPANSÃO  
PRIVADO/MERCANTIL  
E SUA REPERCUSSÃO  
NOS CURSOS DE  
LICENCIATURA

MERCADO®  
LETRAS

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Paula, Alisson Slider do Nascimento de The Brazilia academic capitalism : a expansão privado/mercantil e sua repercussão nos cursos de licenciatura / Alisson Slider do Nascimento de Paula. – 1. ed. – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2021. (Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador)

ISBN 978-65-86089-56-1

1. Capital (Economia) 2. Educação financeira 3. Finanças  
4. Investimentos 5. Políticas públicas I. Título II. Série.

21-54979

CDD-332.6

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Educação financeira : Economia 332.6

*capa e gerência editorial:* Vande Rotta Gomide  
*preparação dos originais:* Editora Mercado de Letras  
*revisão final:* do autor  
*bibliotecária:* Aline Grazielle Benitez – CRB-1/3129

As ideias e contextualizações apresentadas nos textos são de responsabilidade do autor não representando a conformidade e o pensamento da Editora.

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

VR GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

[www.mercado-de-letras.com.br](http://www.mercado-de-letras.com.br)

[livros@mercado-de-letras.com.br](mailto:livros@mercado-de-letras.com.br)

1ª edição

**2 0 2 1**

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

---

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.  
É proibida sua reprodução parcial ou total  
sem a autorização prévia do Editor. O infrator  
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

---

*Aos trabalhadores da educação, que sirva  
de instrumento teórico na luta cotidiana.*



## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	9
<i>Glenn Rikowski</i>	
INTRODUÇÃO .....	17
<b>capítulo 1</b>	
A EDUCAÇÃO COMO ELEMENTO ESSENCIAL PARA O CICLO REPRODUTIVO DO CAPITAL .....	31
<b>capítulo 2</b>	
HEGEMONIA FINANCEIRIZADA E A PARTICULARIDADE DO MERCADO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA .....	75
<b>capítulo 3</b>	
CAPITALISMO ACADÊMICO, FORMAÇÃO DE OLIGOPÓLIOS EDUCACIONAIS E A PROCESSUALIDADE DO CAPITAL FICTÍCIO NO BOJO DA EDUCAÇÃO-MERCADORIA .....	141
<b>capítulo 4</b>	
IMPLICAÇÕES DA FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA OS CURSOS DE LICENCIATURA .....	221
À GUIA DE CONCLUSÃO .....	265
REFERÊNCIAS .....	273



## PREFÁCIO

*A observação empírica deve, em cada instância separada, trazer empiricamente, e sem nenhuma mistificação e especulação, a conexão da estrutura social e política com a produção. (Marx e Engels 1846).*

Os gastos mundiais dos governos em educação alcançaram mais de US \$ 7.500 bilhões, com base nos dados gerados pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) (Worldmeters 2019). Este é um prêmio cobiçado por representantes do capital hoje. Tanto mais que as taxas de lucro para os investidores capitalistas são anêmicas desde o final do boom do pós-guerra. O ponto de virada nas fortunas do capital em relação às taxas de lucro foi a recessão de 1973-74 (Kliman 2012), uma visão compartilhada pelo autor deste livro. Desde então, os representantes humanos do capital vasculharam o mundo à procura de novas formas de lucro reinicializadas, adormecidas ou fictícias.

Este livro está incorporado nesta narrativa. Sua importância baseia-se na determinação do autor de relacionar o nível empírico e concreto dos cursos de formação de professores às tendências de acumulação de capital e desenvolvimento capitalista – um ponto metodológico preconizado por Marx e Engels em *The German Ideology* e identificado na citação acima. Este é um

projeto ambicioso, e os capítulos de abertura do livro fornecem os fundamentos teóricos subjacentes à interpretação da formação de professores no Brasil contemporâneo.

De Paula indica que essas fundações incorporam uma série de ideias e teorias dos escritos de Karl Marx e do marxismo que apoiam suas investigações empíricas sobre a formação de professores no Brasil hoje. Uma teoria chave a esse respeito, e uma que fundamenta o capítulo de abertura, é a teoria do valor do trabalho, ou, como Diane Elson (2009) afirma, a teoria do valor do trabalho: o trabalho como trabalho abstrato, a substância geradora de valor. Todavia, para que o trabalho abstrato se torne a substância do valor, certas condições prévias precisam estar em vigor, e formas sociais capitalistas particulares devem atingir uma existência social efetiva. Para De Paula, a dialética marxista facilita a representação científica dessas formas sociais em termos de totalidade: uma preocupação com as relações das formas sociais capitalistas como constituindo um conglomerado particular, uma totalidade específica. A dialética permite que a ciência marxista compreenda as formas sociais subjacentes à educação capitalista quando vista da perspectiva da totalidade. Essa abordagem é essencial para entender a natureza da educação capitalista, uma vez que o desenvolvimento do capital é ele próprio dialético. O capital se desenvolve dialeticamente como uma certa forma de síntese social; dinheiro fundamentando sua coesão social. Portanto, se o capital se desenvolve dialeticamente, é antes de tudo um sistema metafísico (Micocci 2009, 2016), e isso significa que devemos atacar intelectualmente a metafísica capitalista. A dialética do capital deve ser rompida, intelectualmente e praticamente (Clever 2017). As rupturas podem ser reparadas, trazendo vida nova, reestruturada e reafirmada ao capital, e é por isso que Micocci defende “ruptura com desaparecimento” - deixando o capital e sua metafísica para trás como formas sociais inexistentes e substituindo o pensamento social capitalista como síntese crítica por síntese real por real, ciência de oposição revolucionária (Micocci 2016).

É claro que a metafísica do capital se torna cada vez mais etérea e confusa à medida que passamos de mercadorias “duras” – o tipo de mercadoria a que Marx se refere nos capítulos iniciais de *Capital* (Marx 1867), casacos, linho, ferro etc. – para capital financeiro. Como argumentei recentemente:

Marx deixou claro que as mercadorias, embora objetos fora dos indivíduos, poderiam ser mercadorias imateriais. Ele dá exemplos de produções de transporte e teatro como exemplos de mercadorias imateriais em *Teorias da mais-valia* – parte I (Marx 1979). Ele critica Adam Smith [...] por sustentar que o trabalho produtivo, o trabalho produtor de mais-valor, só poderia ser aplicado a produtos “duros”, ‘aqueles produtos que ocupam espaço físico por um período e detectáveis pelos sentidos’. (Rikowski 2019, p. 4)

Na obra *O Capital*, Marx indica como as escolas particulares incorporam trabalho produtivo e criação de valor: o famoso exemplo da “fábrica de salsichas” (Marx 1867, p. 477). Vale ressaltar que argumentei o mesmo para instituições de ensino superior que também podem se tornar ‘fábricas de salsichas superiores’ (Rikowski 2012).

Como demonstra Harry Cleaver (2017, na Parte II de seu livro), no capitalismo contemporâneo o capital financeiro assume a forma de mercadoria. O capital bancário assume a forma de mercadoria e o trabalho bancário produz mais-valia. Em relação à financeirização do ensino superior, isso pode ser visto quando os empréstimos estudantis são agrupados para formar uma massa de dívida estudantil, que pode ser vendida pelos governos como uma mercadoria para instituições financeiras (e revendidas) e indivíduos com dívidas nessa massa de mercadorias são responsáveis pelo reembolso, de acordo com as regras estabelecidas pelos governos ou instituições financeiras. Esse é um aspecto da globalização do capital, onde o capital penetra todas as instituições e fenômenos sociais. Assim: globalização é a globalização do capital, seu desenvolvimento em escala e profundidade em expansão.

No capítulo 3, De Paula explora o fenômeno do capitalismo acadêmico como um elemento na globalização do capital. Isso pode ser visto como o que Marx chama de ‘*devir* do capital’ (Marx 1858) e, portanto, argumenta Marx, precisamos examinar as ‘condições e pressupostos do *devir*, do surgimento’ (p. 459 – ênfases originais) de capital. Este ponto é explicado em mais detalhes em Rikowski (2018, pp. 27-28). O que De Paula mostra é que o desenvolvimento e manutenção do ‘*devir* do capital’, a geração do capitalismo acadêmico no ensino superior brasileiro, depende das políticas e do poder do estado nacional. Na medida em que o capital penetra nas instituições de ensino superior, o estado fornece fundamentos essenciais. Isso não significa apenas mercantilização, mas também comercialização, commodificação, monetização e competição (Rikowski 2006). Os Estados capitalistas fornecem, em graus variáveis, a infraestrutura para o surgimento e manutenção do trabalho abstrato – a substância do valor. Cada um desses fundamentos pode ser visto como pontos frágeis, fragilidades no desenvolvimento de capital nas instituições de ensino. Eles podem se tornar o foco de ataques intelectuais e práticos. Portanto, não é apenas o caso em que as instituições de ensino precisam ser ‘descommodificadas’, como Sarkar (2019) tem preconizado. Elas também precisam vivenciar um processo de descomercialização, desmonetização etc., tanto quanto possível, pois isso constitui os muitos passos para a descapitalização das instituições de ensino e para o término das formas sociais de apoio ao trabalho abstrato e à criação de valor. Juntamente com isso, a formação do ensino superior anticapitalista deve ser avançada. Os ataques ao capital no ensino superior devem andar de mãos dadas com a fundação das cooperativas de trabalhadores como formas transitórias. Alternativas à educação capitalista são essenciais.

No capítulo final do livro, as dimensões global, institucional e política da capitalização do ensino superior no Brasil encontram-se com as especificidades da formação de professores. Os professores são hoje um dos grupos de trabalhadores mais significativos do capitalismo. Isso ocorre porque eles estão envolvidos na produção

social da força de trabalho no capitalismo. A força de trabalho, a capacidade de trabalhar, é aquela mercadoria mágica que, quando levada ao movimento no processo de trabalho capitalista, onde é transformada em trabalho real de produção de mercadorias, produz mais valor do que o necessário para sua existência e manutenção. Produz mais valor quando ativado no processo de trabalho capitalista do que o valor representado no salário: sua utilização pode levar à produção de mais-valor, da qual depende a existência e a expansão do capital.

A força de trabalho é a mercadoria única na sociedade capitalista em termos de sua capacidade de criação de valor quando acionada. Portanto, os representantes humanos do capital buscam controlar, restringir e persuadir e incentivar os proprietários dessa preciosa mercadoria – trabalhadores – a trabalhar para esse fim. Os Estados capitalistas, da mesma forma, procuram organizar professores, como produtores ativos de força de trabalho, para aumentar a força de trabalho de seus alunos enquanto ainda apelam para “a maravilha da educação”, “a educação por si mesma”, “o poder do conhecimento”, “educação como empreendimento ético” e outros tipos liberais de linguagem educacional. No entanto, essa camuflagem educacional liberal parece cada vez mais anacrônica e sitiada quando colocada contra os imperativos da educação para a “empregabilidade”, o “desenvolvimento do capital humano”, os “graduados prontos para o trabalho” e outras ideologias educacionais que emanam do esforço de desenvolver e aprimorar o trabalho, qualidade de energia dos alunos. Os professores ficam presos nessa dualidade contraditória de perspectivas ideológicas em relação a seus compromissos e motivações.

As políticas e regulamentos que envolvem o trabalho dos professores, que De Paula relaciona no contexto brasileiro, intensificam essas contradições ao mesmo tempo em que aumentam a compulsão e a restrição para os professores (De Paula *et al.* 2019). Alisson Slider do Nascimento de Paula coloca a análise em um círculo completo neste livro – de acordo com minha citação inicial

de Marx e Engels. Ele mostra a conexão, com base na observação empírica, entre estruturas sociais, políticas e, acima de tudo, educacionais com a produção capitalista, com base na insurgência do capital no coração da educação.

O efeito disso é abrir visões e ideias para formas alternativas de educação e sociedade e ilustrar as fragilidades e fraquezas do domínio do capital. Isso gera esperança para uma futura sociedade pós-capitalista.

*Glenn Rikowski*  
University of Lincoln,  
Reino Unido

### *Referências*

- CLEAVER, H (2017). *Rupturing the Dialectic: The Struggle against Work, Money, and Financialization*. Edinburgh: AK Press.
- DE PAULA, A. S. N.; PEREIRA, K. R. C.; COSTA, F. J. F. e LIMA, K. R. R. (2019). “The imperialist’s conditionalities for peripheral higher education privatization policy.” *Journal for Critical Education Policy Studies*, vol. 17, nº 2.
- ELSON, D. (1979). “The Value Theory of Labour”, in: ELSON, D. (org.) *Value: The Representation of Labour in Capitalism*. London: CSE Books.
- KLIMAN, A. (2012). *The Failure of Capitalist Production: Underlying Causes of the Great Recession*. London: Pluto Press.
- MARX, K. (1969). *Theories of Surplus Value – Part 1*. London: Lawrence & Wishart.

- \_\_\_\_\_. (1973). *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy (Rough Draft)*. Trans. M. Nicolaus. Harmondsworth: Penguin Books.
- \_\_\_\_\_. (1977). *Capital: A Critique of Political Economy*, vol. I. London: Lawrence & Wishart.
- MARX, K. e ENGELS, F. (1976). *The German Ideology*. Third Revised Edition. Moscow: Progress Publishers.
- MICOCCI, A. (2009). *The Metaphysics of Capitalism*. Lanham MD: Lexington Books.
- \_\_\_\_\_. (2016). *A Historical Political Economy of Capitalism: After Metaphysics*. London and New York: Routledge.
- RIKOWSKI, G. (2022). “Education, Capital and the Transhuman”, in: HILL, D.; McLAREN, P.; COLE, M. e RIKOWSKI, G. (orgs.) *Marxism Against Postmodernism in Educational Theory*. Lanham, MD: Lexington Books.



## INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objeto o capitalismo acadêmico e suas implicações para os cursos de formação de professores que, no Brasil, são caracterizados como licenciaturas.<sup>1</sup> A partir da segunda metade do século XX, constatamos uma metamorfose no regime de acumulação e no modo de regulamentação social e política do sociometabolismo global do capital, mormente a partir da primeira Grande Recessão no segundo pós-guerra, em 1973. Essa metamorfose representou e representa uma guinada do capital à lógica financeira em que o capital especulativo e parasitário guia as diretrizes para todos os aspectos que constituem a vida social.

Não obstante as mercadorias possuírem qualidades sociais, sobretudo por se tratar de resultados do trabalho social, ou seja, mercantil, compreendemos que a lógica expansiva do capital visa tornar tudo e todas mercadorias necessárias para serem intercambiadas no ciclo comercial do capital, efetivando, assim, a circulação de mercadorias. Todavia, a financeirização é

---

1. Não obstante haver licenciatura como grau acadêmico em diversos países, aqui iremos dar ênfase apenas à característica brasileira, isto é, à habilitação do profissional docente. Em acréscimo, ressaltamos que, na presente pesquisa, consideraremos como cursos de formação de professores tanto as licenciaturas como a formação nos cursos de Pedagogia, em função do trato pedagógico com o conhecimento.

impulsionada com o fenômeno da mundialização do capital, na qual atribui uma nova processualidade à lógica do modo de produção capitalista em escala global, para além, inclusive, do intercâmbio comercial.

Essa nova etapa do capitalismo refletiu reformas de ordem econômica e política no âmbito dos Estados nacionais – cada um com suas particularidades capitalistas – e na educação superior não foi exceção. A ideia de *capitalismo acadêmico*, a despeito de corresponder a um processo de *mercadorização*,<sup>2</sup> privatização e mercantilização da educação superior, não trata, essencialmente, dos aspectos pedagógicos desse nível de ensino – apesar das mudanças ocorridas no *modus operandi* das instituições de educação superior reverberarem em alterações curriculares, metodológicas e, conseqüentemente, pedagógicas. Em verdade, trata-se do desenvolvimento do sistema de capital e de seu domínio sobre as instituições educacionais na sociedade contemporânea. Com efeito, o capitalismo acadêmico se configura como uma das formas do capital atual no sistema educacional. Aqui a lógica do capital fictício atua com suas formas funcionais, em especial a partir da lógica especulativa e parasitária, que correspondem a particularidade do capitalismo acadêmico brasileiro.

A hipótese que vamos explorar é a de que a lógica da hegemonia financeirizada condiciona a constituição de uma miríade de políticas, medidas e mecanismos que, sob uma concepção ideológica, tornam factíveis os processos de mercadorização da educação superior, com isso, engendram um mosaico que tem como base duas formas de mercadoria da educação superior e suas perversas implicações para os cursos de formação de professores/ licenciaturas. Nessa acepção, o referido trabalho busca analisar o padrão do capitalismo acadêmico brasileiro e seus reflexos nos

---

2. Por ora, iremos atribuir *mercadorização* e *commodificação* como sinônimos, contudo, deixamos claro que, apesar de semelhantes, a *commodificação* possui suas características próprias. Tematizaremos esse processo no capítulo 1.

cursos de licenciaturas. No limite, é preciso explorar a problemática desse tema para que possamos expor sua relevância, no tocante a pesquisa científica para os educadores brasileiros e para classe trabalhadora.

As metamorfoses vivenciadas pelo sociometabolismo do capital revelam tentativas criadas pelos setores hegemônicos burgueses para contornar uma crise estrutural que eclodiu no final da década de 1960 e início de 1970 do sistema produtor de mercadorias. Essa crise estrutural ainda não superada implicou grandes obstáculos na ampliação do processo de valorização de capital no que toca a esfera produtiva. Uma grande quantidade de capitais que não encontrara rentabilidade necessária no bojo da produção fordista foi em busca de novas formas de valorização. Nessa acepção, um novo modo de acumulação capitalista se realiza gradativamente, implicando o progresso das atividades financeiras em escala superior às operações da esfera produtiva.

O capitalismo contemporâneo com suas metamorfoses engendrou um novo padrão de acumulação planetário que possibilitou a livre circulação de capitais em escala global. Este padrão de acumulação, que se centra na força das instituições financeiras, possui como principais agentes as seguradoras, os fundos de pensão, os bancos, os fundos de investimento e outras empresas financeiras especializadas. Com isso, observa-se grande crescimento quantitativo das atividades financeiras frente aos investimentos da produção, ao Produto Interno Bruto (PIB) e às trocas comerciais. De acordo com Chesnais (1998), constata-se que, no período de 1980 a 1992, houve um aumento relativo das taxas anuais dos ativos financeiros. Para Reis (2016, p. 19), este crescimento na taxa média anual dos ativos financeiros de “(6% ao ano) foi 2,6 vezes superior à taxa média anual da formação bruta de capital fixo (2,3% ao ano) nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)”. Nessa perspectiva, é possível alegar que o crescimento dos ativos financeiros (ações e títulos negociáveis) se realiza numa dinâmica superior ao aumento da economia real.

Deste modo, na década de 1980, sob a hegemonia da perspectiva neoliberal, “os Estados nacionais foram ‘reformados’ na tentativa de garantir a retomada da expansão do capital, especialmente da rentabilidade do capital na esfera financeira”, consoante Reis (2016, p. 19). O ajuste estrutural neoliberal chegou ao Brasil no início da década de 1990, ainda no governo Collor de Mello (1990-1991), contudo, apenas em 1995, esse movimento ganhou significativa força, quando o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) engendrou as bases da reforma do Estado através do Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE), que possuía como diretrizes fundamentais a privatização, a terceirização e a publicização.

O movimento que buscava o enfraquecimento da esfera pública e o fortalecimento da esfera privada/mercantil se efetivou paralelamente com o movimento de liberalização da educação superior para o mercado a partir dos Decretos nº 2.207 e 3.360, de 1997, regulamentadores da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 9.395/96. Nessa acepção, para a constituição de um arcabouço político-jurídico em prol do capital, seria necessário, para sua operacionalidade, conforme Netto e Braz (2012), a retirada do controle do Estado sobre as empresas de serviços, processo que possibilitou o capital, pela extração lucrativa, receber do Estado “complexos industriais inteiros e serviços de importância básica para o país, como a distribuição de energia, transporte, telecomunicação, saneamento básico, saúde e educação” (Sguissardi 2015, p. 873).

Portanto, com a liberalização dos serviços educacionais para a iniciativa privada, expande-se o predomínio financeiro na dinâmica do sistema metabólico de capital, contemplando, desse modo, todas as mercadorias. O setor de serviços educacionais está inserido nesta lógica, conforme Harvey (2012, p. 41),

cada vez mais liberta das restrições e barreiras regulatórias que até então limitavam seu campo de ação, a atividade financeira pôde florescer como nunca antes, chegando a ocupar todos

os espaços. Uma onda de inovações ocorreu nos serviços financeiros para produzir não apenas interligações globais bem mais sofisticadas, como também novos tipos de mercados financeiros baseados na securitização, nos derivativos e em todo o tipo de negociação de futuros.

Nesse excurso analítico, são constituídas várias perspectivas e que destacam severas implicações no *modus operandi* das instituições republicanas, em especial nas educacionais. Dentre elas, damos destaque para aquilo que alguns autores (Afonso 2015; Rhoads e Slaughter 2009; Santago e Carvalho 2011; Olssen e Peters 2005; Javis 2000) denominam de *economia do conhecimento*. O conceito de economia do conhecimento, para Afonso (2015, p. 270), atende, de modo geral, as noções de *sociedade do conhecimento*, *sociedade cognitiva*, *sociedade da informação*, entre outras, que tematizam elementos de uma mesma sociedade, além de serem evocadas quando necessárias para subsidiar e legitimar a aprovação de políticas e “definição de orientações econômicas e empresariais ou a indução de práticas sociais e educacionais direcionadas para atender o que se consideram ser, em termos genéricos, as [...] exigências do capitalismo”.

Esse panorama ganha novos elementos a partir do movimento de hierarquização das áreas do conhecimento. Isso porque as ciências que correspondem a níveis satisfatórios para produção de inovação para a vida industrial, para Bell (2001), são a engenharia e a economia. Além disso, Afonso (2015) destaca o neocolonialismo efetivado na educação superior periférica, a partir de sua consequente *mercadorização/commodificação* e dependência dos conhecimentos e orientações advindas das nações centrais. É lícito ressaltar, também, a ênfase dada aos cursos de tecnologia em detrimento dos cursos de ciências humanas.

Essa lógica, não obstante ser global, possui fortes particularidades no contexto brasileiro, de acordo com Rodrigues (2007), a forma *mercadoria-educação*, não se limita apenas ao setor

dos donos das Instituições Privadas de Educação Superior (IPES), todavia, aos insumos para os setores empresariais, isto é, aos cursos que encaminharão a formação dos profissionais para atender a oferta do mercado. Portanto, é nesse contexto que se metamorfoseia a lógica da oferta de cursos na educação superior brasileira. No limite, esse panorama explicita, ainda que sinteticamente, a complexa teia que constitui o capitalismo acadêmico brasileiro.

Nessas circunstâncias, a problemática da pesquisa deu-se a partir de questões norteadoras para nosso itinerário investigativo, sendo elas: com base nas categorias elencadas por Marx acerca da processualidade do capital, há, de fato, um processo de *mercadorização/commodificação* da educação? Qual a relação da crise financeira mundial com o padrão de expansão da educação superior brasileira? As políticas de investimento público para o setor privado se constituem como base de sobrevivência das IPES no Brasil? A crescente oferta de vagas discentes nas IPES expressa um processo de democratização ou de massificação mercantil da educação superior? Existe uma financeirização da educação superior brasileira? Em que medida esse processo implica diretamente para a dinâmica do sistema sociometabólico de capital? Em que medida é operacionada a hierarquização das áreas de formação profissional pelas IPES no Brasil? Como se configura o cenário dos cursos de formação de professores/licenciaturas no Brasil em tempos de hegemonia financeirizada?

Sendo assim, a relevância desta pesquisa tem como base a necessidade de apreender a inserção da educação superior no movimento do capital financeiro, além de detectar as engrenagens que põem em operacionalidade a metamorfose da educação superior em um setor estratégico para a acumulação capitalista, ou seja, a compreensão de que esse nível de ensino representa um nicho mercadológico altamente rentável para extração lucrativa, consolidando o *capitalismo acadêmico*, além das condicionalidades que constituem a hierarquização das áreas de formação profissional,

bem como a subalternização dos cursos de formação de professores/licenciatura em decorrência das metamorfoses do capital avançado.

O itinerário metodológico utilizado para o tratamento do objeto está calcado em uma abordagem qualitativa, pois em geral “corresponde a concepções ontológicas e gnosiológicas específicas, de compreender e analisar a realidade” (Triviños 2012, p. 117). Em acréscimo, optamos por realizar uma pesquisa bibliográfica e documental. A primeira possibilita ao investigador “a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...] essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço” (Gil 2010, p. 30). A segunda, por seu turno, “vale-se de toda a sorte de documentos, elaborados com finalidade diversas tais como, assentamento, autorização, comunicação etc.” (Gil 2010, p. 30).

A análise documental foi fundamental em nossa pesquisa. Analisamos documentos (leis, decretos, relatórios técnicos, Censo da Educação Superior, dentre outros) para obter aproximações concretas com o movimento de *mercadorização/commodificação* da educação superior brasileira afinada com o modo de acumulação financeirizado do capital (Chesnais 1998). Além disso, para tratar os documentos em análise, utilizamos os indicativos de Evangelista (2012, p. 57): “localizar, selecionar, ler, reler, sistematizar e analisar as evidências contidas nos documentos, relacionando com o aporte teórico organizado”.

Por estarmos abordando a lógica do *capitalismo acadêmico*, compreendemos que as políticas educacionais detêm significativa relevância na processualidade mercantil da educação superior brasileira. Nessa acepção, tendo em vista que a lógica da *commodificação* da educação superior é operacionada através de uma complexa teia envolvendo o setor privado/mercantil e o público/estatal, compreendemos que algumas políticas, como as parcerias pública-privadas, os programas de financiamento estudantil e a abertura de capital no mercado de ações por parte de instituições

privado/mercantis, descortinam o real cenário mercadológico no Brasil. Todavia, com a ascensão das concepções atreladas à economia do conhecimento, à aprendizagem ao longo da vida, e a sua decorrente instrumentalização do conhecimento necessário, *i.e.*, o caráter utilitário de certos conhecimentos em detrimento de outros reverbera em transformações no cenário da demanda e da oferta dos cursos de formação profissional.

Com efeito, parece-nos que essa lógica implica sérios impactos no *modus operandi* dos cursos de formação de professores (as licenciaturas), em decorrência das mutações do panorama dos postos de trabalho sob a égide da mundialização do capital e do predomínio da ideologia neoliberal. Com isso, demos ênfase, em nossa análise, à oferta de cursos por áreas de formação profissional das IPES.<sup>3</sup> Para coleta de dados, utilizamos o Censo da Educação Superior e o Resumo Técnico da Educação Superior.

Tivemos como método de análise o materialismo histórico-dialético por compreender que esse é um método científico que se propõe a analisar criticamente o regime social capitalista visando transformá-lo. De antemão, é necessário compreender seu germe para que o entendamos como método de análise que possibilita sucessivas aproximações com o objeto a partir da observação.

A dialética marxiana como método de pesquisa busca empreender uma noção de totalidade. A universalidade, a particularidade e a singularidade são instâncias subordinadas numa processualidade lógica, que não entram em contradições, contudo são distintas em uma formação de proposição. Marx defronta-se com duas abordagens epistemológicas específicas: a fenomenologia alemã e o empirismo inglês. Com efeito, pode-se compreender que, a partir da síntese dessas abordagens, Marx apresentou a dialética materialista. “É importante ter claro que a síntese é muito mais que um ecletismo, ela considera fielmente a tese e a antítese, porém

---

3. As IPES são organizadas, de acordo com o Decreto n.º 9.235/17, por faculdades, centros universitários e universidades.

se apresenta como uma nova configuração fruto do processo da contradição e nova possibilidade de discussão quando ocupa o lugar de tese” (Sánchez Gamboa, *apud* Franco, Carmo e Medeiros 2013, p. 94).

Consoante Sánchez Gamboa (2010, pp. 107-108),

as pesquisas crítico-dialéticas [...] questionam fundamentalmente a visão estática da realidade implícita nas abordagens fenomenológicas e estruturalistas. Esta visão esconde o caráter conflitivo, dinâmico e histórico da realidade. Sua postura marcadamente crítica expressa a pretensão de desvendar, mais que o “conflito das interpretações”, o conflito dos interesses. Essas pesquisas manifestam um “interesse transformador” das situações ou fenômenos estudados, resguardando sua dimensão sempre histórica e desvendando suas possibilidades de mudanças.

A dialética em Marx não é somente um método em busca da verdade, na realidade, trata-se de uma concepção de homem, de sociedade, bem como da relação homem-mundo. Marx (2013), n’*O Capital*, buscava compreender a formação histórico-social do capital não como uma mera produção acabada do homem, mas como uma processualidade em constante metamorfose e adaptação. A condição essencial para o homem se tornar homem dá-se através do trabalho, mediação necessária entre ele e o mundo natural, *i.e.*, a atividade material, assim possibilitando construir sua história.

Para Hegel, o processo de pensamento que ele transforma em sujeito autônomo, sob o nome de ideia, é o criador do real, e o real é apenas sua manifestação externa. Para mim [Marx], ao contrário, o ideal não é mais que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela interpretado. (Marx 2013, pp. 14-15)

Esse método busca apreender a realidade em sua totalidade, que se constitui a partir da síntese de múltiplas determinações,

partindo da realidade concreta de um determinado objeto para que o mesmo identificado pelo pesquisador seja levado à abstração, a qual permitirá uma análise do fenômeno em sua totalidade, no sentido da construção de conceitos sobre o mesmo, na busca da sua essência, trazendo de novo para a concreticidade através de determinações simples (Paulo Netto 2011).

Nas palavras do próprio Marx,

O concreto é concreto, porque é síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso, o concreto aparece no pensamento como o processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (2013, p. 258)

Marx denota que a investigação diz respeito à assimilação da “[...] matéria em seus detalhes, analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e rastrear seu nexos interno”, trata-se, portanto, do momento de examinar meticulosamente o objeto, apropriando-se cientificamente desse, para então “[...] depois de consumado tal trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (Marx 2013, p. 90).

Consoante Paulo Netto (2011), esse método se propõe a analisar criticamente o objeto em sua totalidade, com vistas a transformá-lo. Sabemos que a apreensão do conhecimento se dá por sucessivas aproximações, e, portanto, enfrentamos o desafio aqui colocado. Sousa Sobrinho (2014) legitima a relevância concreta do método marxiano a partir de seu estudo sobre a obra máxima de Marx, n’*O Capital*, atesta o autor,

a ênfase ofertada ao momento da investigação do objeto não autoriza uma interpretação em que apreensão crítica da coisa em si, possa ser realizada somente mediante a contemplação ou a mera reflexão, a exemplo da filosofia idealista. A teoria marxiana não é fruto de uma geniosa capacidade criativa na

qual o autor partindo da pura leitura imanente das formulações burguesas foi capaz de deduzir uma crítica radical de suas inconsistências teóricas. O conteúdo de sua crítica radical ao capital emerge da crítica prática operada pela classe trabalhadora em luta contra o capital, por sua vez, sua apreensão teórica, por Marx, está condicionada a sua inserção e participação na esfera desse conflito coletivo como dirigente político, o que autoriza a apreensão da dimensão da práxis das contradições das sociedades burguesas. Nesse sentido, o envolvimento ativo de Marx no plano real da luta de classes corrobora na elaboração de uma crítica prática que emerge da luta econômica transpassando a luta política, desdobrando-se na pretensão irrevogável de eliminação do capital. Portanto, a inserção militante de Marx no plano da luta de classes é parte ineliminável do método de investigação da realidade. (Sousa Sobrinho 2014, p. 13)

Nesse sentido, o método marxiano compreende não ser concebível apreender o real significado de uma política educacional sem a apreensão do movimento global de seu específico sistema metabólico de produção. Com efeito, a política educacional, mormente de educação superior, ganha destaque por corresponder aos mecanismos que tornam exequíveis a *mercadorização* do ensino. No limite, uma política educacional trata de um complexo pertinente na totalidade social, assim, faz-se necessário a compreensão de sua gênese, processualidade e contradições. Nessa acepção, as políticas educacionais não podem ser tratadas de modo isolado das demais manifestações da realidade social concreta. A compreensão de uma política dentro de um específico marco temporal contribui significativamente para a compreensão da situação política da época a qual essa política pertence. Portanto, o método dialético marxiano contribui na busca da compreensão da política educacional não apenas em seu modo isolado, mas no interior do conjunto de suas relações e articulações, suas particularidades e singularidades possibilitando, deste modo, a apreensão de sua processualidade numa totalidade.

[...] tal método possibilita estabelecer as conexões entre os diferentes aspectos que caracterizam a realidade. A totalidade existe nas e através das mediações, pelas quais as partes específicas (totalidades parciais) estão relacionadas, numa série de determinações recíprocas que se modificam constantemente pelas contradições existentes no real. (Masson 2012, p. 9)

Para a compreensão da essência de uma política pública, em especial a educacional, é preciso apreender o movimento da correlação de forças no contexto de definição e implementação de uma política. Esse movimento é condicionado por interesses políticos, econômicos e ideológicos, logo, políticas educacionais não são definidas de modo consensual, contudo, permeia-se um caminho de disputas, contradições e antagonismos de classe.

No estudo de uma política educacional, faz-se necessário deter-se de modo metucioso na interpretação de seus apontamentos, logo, consoante Ball (1994), os textos de políticas não trazem de modo claro seus reais significados. Nesse sentido, nos estudos iniciais de uma política educacional é preciso deter-se a três elementos essenciais: conceito, discurso e conteúdo. Esses três elementos dão suporte para a apreensão da essência de uma política educacional dentro de uma totalidade complexa cheia de tensões.

Por fim, a presente pesquisa está organizada nos seguintes capítulos: o primeiro corresponde a gênese do movimento do capital acerca da educação, além das próprias condicionalidades ideopolíticas na constituição de um arcabouço jurídico capaz de tornar a educação superior uma mercadoria essencial no mercado brasileiro. Nesse sentido, o primeiro capítulo aborda os aspectos teóricos da *teoria dialética do valor-trabalho* de Marx, bem como sua concepção de desmaterialização da riqueza e o *vir-a-ser* da educação que se apresenta em duas formas de mercadoria. Ademais, no capítulo 2, damos ênfase à lógica da mundialização do capital e a sua concepção ideológica, além de destacar a constituição das diretrizes necessárias

para a *comodificação* da educação superior brasileira. No terceiro capítulo, discorremos sobre o conceito de capitalismo acadêmico surgido no interior da tradição estadunidense, que, dependente do Estado nacional, esse capitalismo acadêmico incorpora sua particularidade capitalista. Em acréscimo, analisamos, também, o movimento de financeirização da educação superior, bem como a atuação do capital fictício de base especulativa e parasitária. O capítulo 4 expõe as bases do *know-how*, que trata do conhecimento necessário para a particularidade capitalista brasileira, além da análise de dados acerca das implicações do capitalismo acadêmico para os cursos de formação de professores.